

DE ACORDO COM O EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO
PARA CONTRATOS TEMPORÁRIOS Nº 04/2026/GS/SME



SME-CUIABÁ-MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ - MATO GROSSO

PEDAGOGO

- ▶ Língua Portuguesa
- ▶ Raciocínio Lógico-Analítico
- ▶ Legislação Básica
- ▶ Conhecimentos Específicos



BÔNUS
CURSO ON-LINE

- PORTUGUÊS
- INFORMÁTICA



AVISO IMPORTANTE: **Este é um Material de Demonstração**

Este arquivo representa uma prévia exclusiva da apostila.

Aqui, você poderá conferir algumas páginas selecionadas para conhecer de perto a qualidade, o formato e a proposta pedagógica do nosso conteúdo. Lembramos que este não é o material completo.



POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?



- × Conteúdo totalmente alinhado ao edital.
- × Teoria clara, objetiva e sempre atualizada.
- × Dicas práticas, quadros de resumo e linguagem descomplicada.
- × Questões gabaritadas.
- × Bônus especiais que otimizam seus estudos.

Aproveite a oportunidade de intensificar sua preparação com um material completo e focado na sua aprovação:
Acesse agora: www.apostilasopcao.com.br

Disponível nas versões impressa e digital, com envio imediato!

Estudar com o material certo faz toda a diferença na sua jornada até a APROVAÇÃO.





SME CUIABÁ-MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ - MATO GROSSO

PEDAGOGO

**EDITAL DE PROCESSO SELETIVO
SIMPLIFICADO PARA CONTRATOS
TEMPORÁRIOS Nº 04/2026/GS/SME**

**CÓD: OP-038ST-26
7901204401897**

ÍNDICE

Língua Portuguesa

1. Leitura, compreensão e interpretação de textos; Estruturação do texto e dos parágrafos; Articulação do texto.....	9
2. Fonemas e grafemas: Relações entre fonemas e grafemas; Vogais: Classificação de vogais e semivogais; Encontros vocálicos: ditongo, tritongo e hiato; Encontros consonantais e dígrafos; Divisão silábica.....	10
3. Acentuação gráfica.....	11
4. Novo Acordo Ortográfico; Tonicidade das palavras	13
5. Crase	13
6. Uso do hífen.....	14
7. Pontuação	16
8. Estrutura das palavras: morfemas, prefixos e sufixos; Formação de palavras; Composição e derivação	18
9. Classes gramaticais	19
10. A fala e a escrita: diferenças formais e diferenças funcionais.....	26
11. Habilidades de leitura e matrizes de referências	30
12. Tipologia e Gênero textual.....	33
13. Variação linguística	34
14. Intertextualidade	36
15. Figuras de Linguagem	36
16. Funções da Linguagem.....	40

Raciocínio Lógico-Analítico

1. Operações com conjuntos	55
2. Raciocínio lógico-numérico: problemas envolvendo operações com números reais e raciocínio sequencial.....	63
3. Conceito de proposição: valores lógicos das proposições; conectivos, negação e tabela-verdade; tautologias	67
4. Argumentação lógica, estruturas lógicas e diagramas lógicos.....	71
5. Equivalências e implicações lógicas; condição necessária e suficiente.....	77
6. Quantificadores universal e existencial.....	79
7. Problemas de contagem: princípio aditivo e princípio multiplicativo; arranjos, combinações e permutações.....	81
8. Noções de probabilidade	85

Legislação Específica

1. A constituição federal. 1.1 Arts. 37 A 41 – a	91
2. Administração pública direta e indireta.....	91
3. Da educação na cf/88	97
4. (Capítulo iii - art. 205 A 214)	97
5. Lei nº 9.394 De 1996 – lei de diretrizes e bases da educação nacional- ldb.....	101
6. Lei n.º 8.069 De 1990 – estatuto da criança e do adolescente	121
7. Lei complementar n.º 093 de 2003 – estatuto do servidor público do município de cuiabá	162
8. Lei complementar 220 de 2010 – lei orgânica dos profissionais da secretaria municipal de educação	183
9. Lei nº 5.289 De 2009 - institui o sistema de ensino do município de cuiabá.....	192

ÍNDICE

10. Ética no setor público	194
11. Decreto n.º 9.198 De 2022 – código de ética dos agentes públicos da administração direta e.....	195
12. Indireta do município de cuiabá	195
13. Lei 5.965 De 2015 – institui a gestão democrática nas unidades educacionais da rede pública municipal.....	196
14. Resolução normativa n.º 05 de 2012 – fixa.....	210
15. Normas para a oferta da educação básica do campo no sistema municipal de ensino.....	210
16. De cuiabá	210
17. Resolução normativa n.º 01 de 2022 – estabelece normas aplicáveis para a oferta da educação, etapa ensino fundamental na rede municipal	210
18. De ensino de cuiabá.....	210

Conhecimentos Específicos Pedagogo

1. O Ensino-Aprendizagem No Contexto Do Currículo Por Competências.....	225
2. O Processo De Ensino-Aprendizagem: Atores, Componentes Curriculares, Aprendizagem E Desenvolvimento.....	229
3. Metodologias De Ensino Como: Projetos.....	232
4. Didáticos E Metodologias Ativas, Organização Do Tempo E Do Espaço E O Lúdico Na.....	232
5. Aprendizagem	232
6. Avaliação Como Forma De Aprendizagem:	236
7. Avaliação Diagnóstica, Formativa E Somativa	236
8. A Análise Dos Resultados Na Perspectiva	237
9. De Orientação/Reorientação Do.....	237
10. Ensino-Aprendizagem E Intervenção	237
11. Pedagógica.....	237
12. A Especificidade Do Pedagogo, Saberes	241
13. Pedagógicos E Atividade Docente	241
14. Diferenciação Pedagógica: Estratégias Didáticas Para Atender Aos Diferentes Ritmos E Estilos De Aprendizagem Em Salas De Aula Heterogêneas	243
15. Tendências Educacionais Na Sala De Aula:	247
16. Correntes Teóricas E Alternativas.....	247
17. Metodológicas	247
18. A Construção Do Conhecimento.....	249
19. Processo De Ensino-Aprendizagem: Papel Do Educador, Do Educando, Da Sociedade	252
20. A Base Nacional Comum Curricular - Bncc. A Educação Infantil No Contexto Da Educação Básica. Direitos De Aprendizagem E Desenvolvimento Na Educação Infantil. Os Objetivos De Aprendizagem E Desenvolvimento Para A Educação Infantil. A Transição Da Educação Infantil Para O Ensino Fundamental. O Ensino Fundamental No Contexto Da Educação Básica. Competências Específicas De Linguagens Para O Ensino Fundamental (Anos Iniciais) Língua Portuguesa. Competências Específicas De Arte Para O Ensino Fundamental (Anos Iniciais). Competências Específicas De Matemática Para O Ensino Fundamental (Anos Iniciais). Competências Específicas De Ciências Da Natureza Para O Ensino Fundamental (Anos Iniciais). Competências Específicas De Ciências Humanas Para O Ensino Fundamental (Anos Iniciais). Competências Específicas De Ensino Religioso Para O Ensino Fundamental (Anos Iniciais)	256
21. A Educação Como Direito Da Criança	303
22. Educação Especial Inclusiva	307

ÍNDICE

23. Alfabetização E Letramento	314
24. Recomposição De Aprendizagens	315
25. Habilidades Preditores Da Alfabetização	319
26. Leitura E Escrita Na Educação Infantil.....	323
27. Alfabetização E Letramento Matemático.....	327
28. Educação Para As Relações Étnico-Raciais: Cumprimento Das Leis 10.639/03 E 11.645/08 (História E Cultura Africana, Afro-Brasileira E Indígena) Aplicados À Didática Dos Anos Iniciais	331
29. Relação Escola-Família: Estratégias Didáticas E Institucionais Para Acolhimento E Engajamento Das Famílias No Processo De Escolarização	335

LÍNGUA PORTUGUESA

LEITURA, COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS; ESTRUTURAÇÃO DO TEXTO E DOS PARÁGRAFOS; ARTICULAÇÃO DO TEXTO

COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS

► Definição Geral

Embora correlacionados, compreensão e interpretação são processos distintos. A compreensão refere-se ao entendimento das informações explícitas do texto, enquanto a interpretação envolve a elaboração de conclusões fundamentadas a partir dessas informações.

Exemplificando, quando uma avaliação exige a compreensão de uma questão, a resposta encontra-se explicitamente no texto. Já a interpretação ocorre quando o leitor, a partir das informações textuais, elabora conclusões logicamente fundamentadas.

► Compreensão de Textos

A compreensão textual consiste na análise do que está explícito no texto, ou seja, na identificação da mensagem. Compreender um texto é assimilar intelectualmente sua mensagem, identificando com precisão as informações explícitas nele contidas.

Compreender um texto é captar, de forma objetiva, a mensagem transmitida por ele. Portanto, a compreensão textual envolve a decodificação da mensagem que é feita pelo leitor.

Por exemplo, ao ouvirmos uma notícia, automaticamente compreendemos a mensagem transmitida por ela, assim como o seu propósito comunicativo, que é informar o ouvinte sobre um determinado evento.

► Interpretação de Textos

É o entendimento que resulta da associação entre as ideias do texto, permitindo ao leitor inferir sentidos implícitos, sem ultrapassar os limites estabelecidos pelo próprio texto. Resumidamente, interpretar é atribuir sentido ao texto por meio de inferências e da relação entre suas ideias, sempre com base nos elementos linguísticos e discursivos apresentados.

A interpretação de textos compreende a habilidade de se chegar a conclusões específicas após a leitura de algum tipo de texto, seja ele escrito, oral ou visual.

Grande parte da bagagem interpretativa do leitor é resultado da leitura, integrando um conhecimento que foi sendo assimilado ao longo da vida. Interpretação de texto é a habilidade de inferir informações implícitas, estabelecer relações entre ideias e compreender sentidos não expressos literalmente, sempre com base nos elementos linguísticos e discursivos do texto.

Exemplo de compreensão e interpretação de textos

Para compreender melhor a compreensão e interpretação de textos, analise a questão abaixo, que aborda os dois conceitos em um texto misto (verbal e visual):

FGV > SEDUC/PE > Agente de Apoio ao Desenvolvimento Escolar Especial > 2015

Português > Compreensão e interpretação de textos

A imagem a seguir ilustra uma campanha pela inclusão social.



“A Constituição garante o direito à educação para todos e a inclusão surge para garantir esse direito também aos alunos com deficiências de toda ordem, permanentes ou temporárias, mais ou menos severas.”

A partir do fragmento acima, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) A inclusão social é garantida pela Constituição Federal de 1988.
- (B) As leis que garantem direitos podem ser mais ou menos severas.
- (C) O direito à educação abrange todas as pessoas, deficientes ou não.
- (D) Os deficientes temporários ou permanentes devem ser incluídos socialmente.
- (E) “Educação para todos” inclui também os deficientes.

Resolução:

Em “A” – Errado: o texto é sobre direito à educação, incluindo as pessoas com deficiência, ou seja, inclusão de pessoas na sociedade.

Em “B” – Certo: o complemento “mais ou menos severas” se refere à “deficiências de toda ordem”, não às leis.

Em “C” – Errado: o advérbio “também”, nesse caso, indica a inclusão/adição das pessoas portadoras de deficiência ao direito à educação, além das que não apresentam essas condições.

Em “D” – Errado: além de mencionar “deficiências de toda ordem”, o texto destaca que podem ser “permanentes ou temporárias”.

Em “E” – Errado: a alternativa apenas retoma a ideia central do texto, sem apresentar qualquer informação incorreta, motivo pelo qual não atende ao comando da questão

Resposta: Letra B.

AMOSTRA

FONEMAS E GRAFEMAS: RELAÇÕES ENTRE FONEMAS E GRAFEMAS; VOGAIS: CLASSIFICAÇÃO DE VOGAIS E SEMIVOGAIS; ENCONTROS VOCÁLICOS: DITONGO, TRITONGO E HIATO; ENCONTROS CONSONANTAIS E DÍGRAFOS; DIVISÃO SILÁBICA

Muitas pessoas acreditam que fonética e fonologia são sinônimos. No entanto, embora ambas pertençam à mesma área de estudo, apresentam diferenças significativas.

► **Fonética**

Segundo o Dicionário Houaiss, fonética “é o estudo dos sons da fala de uma língua”.

Isso significa que a fonética é um ramo da linguística que analisa os sons do ponto de vista físico e articulatório. Ou seja, preocupa-se com o movimento dos lábios, a vibração das cordas vocais, a articulação e outros aspectos físicos da fala, sem considerar o conteúdo do que é dito.

Para representar cada som, utiliza-se o Alfabeto Fonético Internacional (AFI).

Em síntese, a fonética estuda os movimentos físicos — da boca, dos lábios, da língua etc. — envolvidos na produção dos sons, desconsiderando seu significado.

► **Fonologia**

A fonologia também é um ramo de estudo da Linguística, mas ela se preocupa em analisar a organização e a classificação dos sons, separando-os em unidades significativas. É responsabilidade da fonologia, também, cuidar de aspectos relativos à divisão silábica, à acentuação de palavras, à ortografia e à pronúncia.

Ou seja, a fonologia estuda os sons, preocupando-se com o significado de cada um e não só com sua estrutura física.

Para ficar mais claro, leia os quadrinhos:



O humor da tirinha é construído a partir do uso das palavras Cestas, Sestas e Sextas.

Embora possuam significados distintos, ambas apresentam a mesma pronúncia.

É importante lembrar que a fonética se preocupa com os sons e os representa por meio de um alfabeto específico. Portanto, para a fonética, essas duas palavras seriam transcritas da seguinte forma:

Cestas	'ses.tas
Sestas	'ses.tas
Sexas	'ses.tas

A transcrição é idêntica, uma vez que os sons também são. Já a fonologia analisa cada som em relação ao seu significado, sendo ela a responsável por distinguir uma palavra da outra.

Agora que já sabemos todas essas diferenciações, vamos entender melhor o que é e como se compõe uma sílaba.

▪ **Fonema:** os fonemas são as menores unidades sonoras da fala. Atenção: estamos nos referindo às menores unidades de som, e não às sílabas. Observe a diferença: na palavra pato, a primeira sílaba é pa-. No entanto, o primeiro som é /p/ (representado pela letra P) e o segundo som é /a/.

▪ **Letra:** as letras são as menores unidades gráficas que compõem uma palavra.

RACIOCÍNIO LÓGICO-ANALÍTICO

OPERAÇÕES COM CONJUNTOS

Dentro da matemática, a Teoria dos Conjuntos possui papel fundamental para o entendimento de diversos outros conceitos, como o de funções, estatística e, em especial, raciocínio lógico, no ensino médio, mas a álgebra linear e a geometria analítica, para citar dois exemplos, não prescindem dos conceitos de conjuntos. Tal teoria descreve as relações entre conjuntos e elementos e entre conjuntos e outros conjuntos diversos, e, assim como no caso das funções, ela, a teoria dos conjuntos dá mobilidade aos objetos matemáticos.

Na soma de vetores, por exemplo, no caso da regra do paralelogramo, mudamos os vetores de lugar para se encaixarem em um ângulo para o paralelogramo ser criado. Observe que, para que isso ocorra, um vetor tem que ser definido com um conjunto cujos elementos podem habitar vários lugares no espaço, desde que mantenham o mesmo módulo [quantidade], a mesma direção e o mesmo sentido. De fato, o rigor matemático exige que os vetores, pelas propriedades que possuem, sejam definidos como conjuntos. Veja a figura de soma de vetores:

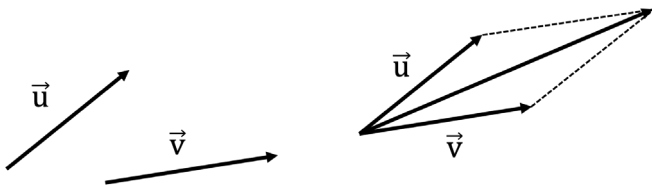


Figura 1. Dois vetores são organizados para serem somados usando a regra do paralelogramo. Observe que os vetores, para se unirem e formar o ângulo do paralelogramo, são movidos, o que, na verdade, representa usar um elemento do conjunto do vetor u e um do vetor v que têm suas origens num mesmo ponto. Os elementos dos vetores u e v que estão no paralelogramo, são elementos do vetor u e v que apresentam o mesmo módulo, direção e sentido do elemento que está fora do paralelogramo.

Voltando aos conceitos básicos, elemento e pertinência entre conjunto são considerados conceitos primitivos, ou seja, são aceitos sem definição, sendo melhor compreendidos a partir de suas funções na Teoria dos Conjuntos e das relações que estabelecem com outros conceitos matemáticos. A fim de explicar melhor essas relações, vamos considerar situações cotidianas.

Matematicamente, o conceito de conjunto equivale aos conceitos de agrupamento, classe, coleção, sistema, idêntico ao modo como consideramos um conjunto de objetos no cotidiano. Consideremos o conjunto das letras do alfabeto, de materiais em um estojo escolar, de famílias em uma cidade. São todos agrupamentos de símbolos, coisas e pessoas, i.e., objetos que apresentam **características comuns**. Dentro da notação matemática, os conjuntos são representados por letras maiúsculas.

Cada um desses membros individuais dos conjuntos representam um elemento. Caso fosse desejável poderíamos organizar os elementos desses conjuntos para os visualizarmos separadamente e não pela característica que possuem em comum, por exemplo, discriminando as letras do alfabeto a das vogais.

A pertinência entre um conjunto e um elemento indica se um determinado elemento faz parte de determinado conjunto ou não. Uma família não pode fazer parte do conjunto de objetos em um estojo escolar! mas pode fazer parte do conjunto de famílias em uma rua, ou de famílias que moram em uma determinada cidade.

O símbolo $\in$ indica que um determinado elemento pertence a um conjunto. Lê-se “ a pertence a A ” e escreve-se $a \in A$.

O símbolo $\notin$ indica que um elemento não pertence a um determinado conjunto. Observe a figura 2, abaixo, e você verá que “2 não pertence a A ” e escreve-se $2 \notin A$.

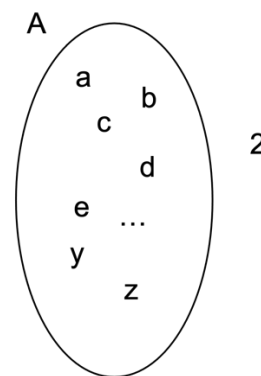


Figura 2: O conjunto A é composto apenas pelas letras do alfabeto, logo o número 2 não pertence ao conjunto A .

Pode-se entender agora o porquê esses são conceitos primitivos. O conceito de elemento deriva diretamente do conceito de conjunto, já a pertinência é consequência direta dessa derivação. Eles são intuitivos e relacionados entre si, não sendo possível demonstrá-los matematicamente, pelo menos, pelos métodos matemáticos conhecidos até hoje.

AMOSTRA

► Diagramas de Venn

Agora que temos os conceitos primitivos estabelecidos podemos discursar sobre as diferentes maneiras de se representar os conjuntos na matemática, que são:

- **1) Por extensão:** os elementos são representados entre chaves e separados entre si utilizando vírgulas:

$$V = \{a, e, i, o, u\}$$

$$A = \{a, b, c, \dots, y, z\}$$

- **2) Por compreensão:** as características dos elementos são descritas entre chaves.

$$V = \{x \text{ é vogal}\}$$

$$A = \{x \text{ é letra do alfabeto}\}$$

- **3) Por Diagrama de Venn (veja o item “Diagramas lógicos”):** os elementos são representados dentro de figuras geométricas.

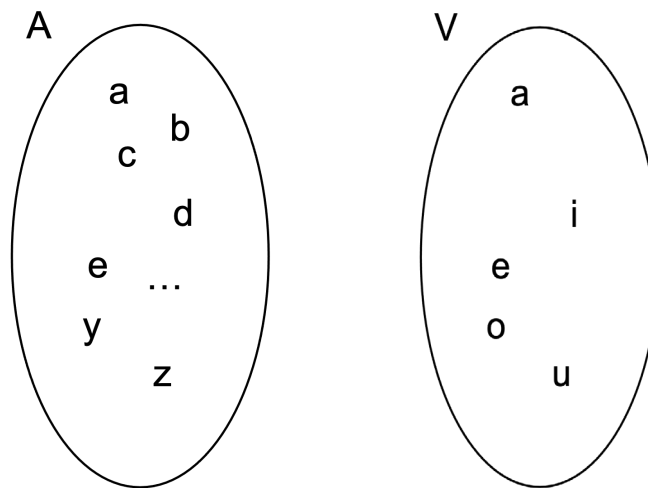


Figura 3. Conjunto A representando as letras do alfabeto e conjunto V representando as vogais.

Como pode perceber, essa foi a representação utilizada para mostrar a pertinência entre conjunto e elemento.

Observe que a ordem dos elementos não interfere na composição dos conjuntos estudados até agora, ainda, observe que, mesmo no diagrama de Venn, não é necessário discriminar todos os elementos, desde que seja possível conhecer todos os elementos pelos indicados. Veja, que no caso das letras do alfabeto, bastam algumas iniciais e outras finais para sabermos do que se trata.

Para os casos em que conjuntos diferentes apresentam elementos em comum, podemos organizar as figuras geométricas do diagrama de Venn via uma área comum na qual são representados os elementos iguais que pertençam aos conjuntos, tornando-o útil para visualizar a interação que conjuntos diversos estabelecem entre si.

Muitas vezes se pergunta em que se pode usar os conceitos matemáticos, ainda mais um tipo abstrato como os conjuntos, em artigos científicos, quando se organizam as ideias para mostrar outros conhecimentos semelhantes, usa-se a notação de Venn. Veja esse exemplo de um artigo publicado em inglês em que os autores organizam os tipos de artigos usados via o diagrama de Venn.

LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA

A CONSTITUIÇÃO FEDERAL. 1.1 ARTS. 37 A 41 – A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA E INDIRETA

DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

► Disposições gerais e servidores públicos

A expressão Administração Pública em sentido objetivo traz a ideia de atividade, tarefa, ação ou função de atendimento ao interesse coletivo. Já em sentido subjetivo, indica o universo dos órgãos e pessoas que desempenham função pública.

Conjugando os dois sentidos, pode-se conceituar a Administração Pública como sendo o conjunto de pessoas e órgãos que desempenham uma função de atendimento ao interesse público, ou seja, que estão a serviço da coletividade.

► Princípios da Administração Pública

Nos termos do caput do Artigo 37 da CF, a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

As provas de Direito Constitucional exigem com frequência a memorização de tais princípios. Assim, para facilitar essa memorização, já é de praxe valer-se da clássica expressão mnemônica “LIMPE”. Observe o quadro abaixo:

Princípios da Administração Pública	
L	Legalidade
I	Impessoalidade
M	Moralidade
P	Publicidade
E	Eficiência
LIMPE	

Passemos ao conceito de cada um deles:

Princípio da Legalidade:

De acordo com este princípio, o administrador não pode agir ou deixar de agir, senão de acordo com a lei, na forma determinada. O quadro abaixo demonstra suas divisões.

Princípio da Legalidade	
Em relação à Administração Pública	A Administração Pública somente pode fazer o que a lei permite → Princípio da Estrita Legalidade
Em relação ao Particular	O Particular pode fazer tudo que a lei não proíbe

Princípio da Impessoalidade:

Em decorrência deste princípio, a Administração Pública deve servir a todos, sem preferências ou aversões pessoais ou partidárias, não podendo atuar com vistas a beneficiar ou prejudicar determinadas pessoas, uma vez que o fundamento para o exercício de sua função é sempre o interesse público.

Princípio da Moralidade:

Tal princípio caracteriza-se por exigir do administrador público um comportamento ético de conduta, ligando-se aos conceitos de probidade, honestidade, lealdade, decoro e boa-fé.

A moralidade se extrai do senso geral da coletividade representada e não se confunde com a moralidade íntima do administrador (moral comum) e sim com a profissional (ética profissional).

O Artigo 37, §4º da CF elenca as consequências possíveis, devido a atos de improbidade administrativa:

► Sanções ao cometimento de atos de improbidade administrativa

- Suspensão dos direitos políticos (responsabilidade política)
- Perda da função pública (responsabilidade disciplinar)
- Indisponibilidade dos bens (responsabilidade patrimonial)
- Ressarcimento ao erário (responsabilidade patrimonial)

Princípio da Publicidade:

O princípio da publicidade determina que a Administração Pública tem a obrigação de dar ampla divulgação dos atos que pratica, salvo a hipótese de sigilo necessário.

A publicidade é a condição de eficácia do ato administrativo e tem por finalidade propiciar seu conhecimento pelo cidadão e possibilitar o controle por todos os interessados.

Princípio da Eficiência:

Segundo o princípio da eficiência, a atividade administrativa deve ser exercida com presteza, perfeição e rendimento funcional, evitando atuações amadorísticas.

AMOSTRA

Este princípio impõe à Administração Pública o dever de agir com eficiência real e concreta, aplicando, em cada caso concreto, a medida, dentre as previstas e autorizadas em lei, que mais satisfaça o interesse público com o menor ônus possível (dever jurídico de boa administração).

Em decorrência disso, a administração pública está obrigada a desenvolver mecanismos capazes de propiciar os melhores resultados possíveis para os administrados. Portanto, a Administração Pública será considerada eficiente sempre que o melhor resultado for atingido.

Disposições Gerais na Administração Pública:

O esquema abaixo sintetiza a definição de Administração Pública:

Administração Pública	
Direta	Indireta
Federal Estadual Distrital Municipal	Autarquias (podem ser qualificadas como agências reguladoras) Fundações (autarquias e fundações podem ser qualificadas como agências executivas) Sociedades de economia mista Empresas públicas
Entes Cooperados	
Não integram a Administração Pública, mas prestam serviços de interesse público. Exemplos: SESI, SENAC, SENAI, ONG's	

As disposições gerais sobre a Administração Pública estão elencadas nos Artigos 37 e 38 da CF. Vejamos:

CAPÍTULO VII DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

SEÇÃO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

I - os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

II - a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

III - o prazo de validade do concurso público será de até dois anos, prorrogável uma vez, por igual período;

IV - durante o prazo improrrogável previsto no edital de convocação, aquele aprovado em concurso público de provas ou de provas e títulos será convocado com prioridade sobre novos concursados para assumir cargo ou emprego, na carreira;

V - as funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

VI - é garantido ao servidor público civil o direito à livre associação sindical;

VII - o direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei específica; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

VIII - a lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de sua admissão;

IX - a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público; (Vide Emenda constitucional nº 106, de 2020)

X - a remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o §4º do art. 39 somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998) (Regulamento)

XI - a remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, dos membros de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos e os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, não poderão exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, aplicando-se como limite, nos Municípios, o subsídio do Prefeito, e nos Estados e no Distrito Federal, o subsídio mensal do Governador no âmbito do Poder Executivo, o subsídio dos Deputados Estaduais e Distritais no âmbito do Poder Legislativo e o subsídio dos Desembargadores do Tribunal de Justiça, limitado a noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento do subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, no âmbito do Poder Judiciário, aplicável este limite aos membros do Ministério Público, aos Procuradores e aos Defensores Públicos; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, de 19.12.2003)

XII - os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo;

XIII - é vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

O ENSINO-APRENDIZAGEM NO CONTEXTO DO CURRÍCULO POR COMPETÊNCIAS

COMPETÊNCIA COMO MOBILIZAÇÃO INTEGRADA DE SABERES

O currículo por competências organiza a aprendizagem em torno da capacidade de mobilizar conhecimentos, procedimentos, atitudes e critérios de decisão diante de situações que exigem atuação consciente. Isso desloca o foco de uma sequência centrada apenas na exposição de conteúdos para um percurso em que o conteúdo ganha sentido porque participa de uma ação intelectual mais ampla. Saber uma definição, executar um procedimento e reconhecer um valor são aprendizagens importantes, mas a competência aparece quando o estudante articula esses elementos para compreender um problema, escolher caminhos, justificar decisões e avaliar o próprio resultado.

► Conhecimentos, habilidades e atitudes em articulação

Conhecimentos correspondem a conceitos, informações, princípios, relações e sistemas de explicação que permitem interpretar uma situação. Habilidades dizem respeito ao uso desses conhecimentos em ações como comparar, inferir, calcular, argumentar, investigar, representar e produzir. Atitudes envolvem disposições que orientam a participação, como responsabilidade, abertura ao diálogo, persistência e cuidado com consequências. No trabalho escolar, essas dimensões não formam compartimentos independentes. Uma tarefa pode exigir que o estudante compreenda um conceito científico, leia dados, comunique uma conclusão e considere impactos coletivos ao propor uma solução.

Da posse de informação à ação pertinente

Uma resposta correta a uma pergunta direta pode demonstrar domínio pontual, mas não necessariamente revela capacidade de mobilização. Para observar competência, é preciso propor situações nas quais o estudante decida que informação é relevante, qual procedimento utilizar e como justificar a escolha. Em uma campanha escolar para reduzir o desperdício de água, por exemplo, a turma pode analisar registros de consumo, identificar hábitos que aumentam o gasto, elaborar mensagens para diferentes públicos e acompanhar os efeitos das ações adotadas. O conhecimento matemático ajuda a interpretar quantidades; a linguagem sustenta a comunicação; conceitos ambientais oferecem critérios para compreender o problema; atitudes de responsabilidade influenciam as decisões coletivas.

A relação entre as dimensões pode ser visualizada por critérios que mostram o papel de cada uma na ação competente.

Dimensão	Função pedagógica	Evidência observável	Risco quando tratada isoladamente
Conhecimento	Oferecer conceitos e relações para interpretar a situação	Explicação coerente e uso adequado de informações	Acúmulo de informação sem aplicação
Habilidade	Transformar conhecimento em ação intelectual ou prática	Procedimento escolhido e executado com sentido	Técnica repetida sem compreensão
Atitude	Orientar participação, responsabilidade e posicionamento	Cooperação, cuidado, persistência e julgamento	Valorização abstrata sem relação com a tarefa

A tabela evidencia que a competência não elimina o ensino de conteúdos. Ao contrário, exige conteúdos suficientemente compreendidos para serem acionados em contextos variados. Também mostra que atitudes não devem ser avaliadas como traços permanentes de personalidade. Elas se manifestam em situações concretas, dependem das condições de participação e podem ser desenvolvidas por meio de experiências que atribuem responsabilidade real aos estudantes.



AMOSTRA

► Transferência e uso situado do que se aprende

A transferência ocorre quando uma aprendizagem é utilizada fora da configuração exata em que foi inicialmente construída. Ela não significa aplicar mecanicamente a mesma resposta em qualquer contexto. Exige perceber semelhanças e diferenças entre situações, selecionar o que pode ser aproveitado e adaptar procedimentos. Um estudante que aprendeu a comparar quantidades em uma atividade com consumo de água pode, posteriormente, usar a mesma relação para interpretar desperdício de alimentos, desde que reconheça o que permanece relevante e o que muda no novo problema.

Desempenho em situações novas e significativas

Quanto mais uma tarefa permite decisões reais, maior a possibilidade de observar como o estudante articula saberes. Situações excessivamente fechadas revelam apenas parcelas da aprendizagem. Uma proposta significativa apresenta um propósito compreensível, critérios de qualidade e espaço para escolha. Isso não implica abandonar atividades de treino ou sistematização. Elas continuam necessárias para consolidar procedimentos e conceitos, mas passam a integrar um percurso que culmina em usos mais complexos. O equilíbrio entre sistematização e mobilização impede dois extremos: transformar competência em atividade improvisada sem base conceitual ou reduzir o currículo a conteúdos desconectados de práticas de uso.

PLANEJAMENTO CURRICULAR ORIENTADO POR DESEMPENHOS COMPLEXOS

Planejar por competências requer converter expectativas amplas em experiências de aprendizagem progressivas. O ponto de partida é identificar o que o estudante precisa ser capaz de fazer com determinados conhecimentos e sob quais condições essa atuação se torna relevante. O planejamento preserva conteúdos disciplinares, mas os seleciona e organiza de acordo com o papel que desempenham na construção de capacidades mais abrangentes. A coerência aparece quando intenção, atividade, mediação e forma de observar a aprendizagem apontam para o mesmo tipo de desempenho.

► Intenções de aprendizagem observáveis

Uma intenção orientada por competência combina conteúdo e ação. Em vez de formular apenas “conhecer o consumo de água”, pode-se planejar que os estudantes interpretem dados de consumo, identifiquem padrões e proponham medidas justificadas para reduzir desperdícios. A formulação não serve como frase decorativa. Ela delimita o que precisa ser ensinado, que experiências podem produzir aprendizagem e quais evidências permitirão acompanhar o percurso. Intenções excessivamente genéricas dificultam a escolha das tarefas; intenções estreitas demais fragmentam o conhecimento e deixam de representar uma atuação complexa.

Planejamento a partir do desempenho esperado

Uma forma consistente de organizar o percurso é imaginar primeiro a situação em que o estudante demonstrará a aprendizagem e, então, identificar os saberes necessários para alcançá-la. No exemplo da campanha de água, a produção final pode exigir leitura de tabelas, comparação de medidas, formulação de argumentos, escolha de linguagem adequada ao público e justificativa das ações propostas. Cada requisito orienta atividades preparatórias específicas. Assim, a sequência não é montada por acumulação de exercícios, mas por encadeamento de aprendizagens que ganham função dentro de uma realização mais ampla.

Alguns elementos ajudam a manter o planejamento coerente. Eles precisam aparecer vinculados ao problema concreto, e não como uma lista burocrática.

- Definir a atuação que evidenciará a competência em termos compreensíveis e observáveis.
- Identificar os conhecimentos indispensáveis para interpretar e enfrentar a situação proposta.
- Prever apoios, materiais e intervenções adequados ao ponto de partida da turma.
- Estabelecer critérios que permitam distinguir avanços qualitativos no desempenho.

Esses elementos formam uma cadeia de decisões. Se o desempenho final exige argumentação com dados, por exemplo, a sequência deve oferecer oportunidades para ler dados, comparar interpretações, produzir justificativas e receber devolutivas sobre a qualidade das relações estabelecidas. Não é coerente exigir, no final, uma capacidade que não tenha sido objeto de ensino e prática orientada.

► Progressão de complexidade no percurso curricular

A progressão acontece quando as situações de aprendizagem ampliam gradualmente o número de variáveis, a autonomia necessária e a exigência de integração entre saberes. No início, o professor pode fornecer dados já organizados e perguntas delimitadas. Em outro momento, os estudantes podem escolher quais informações coletar, decidir como representá-las e comparar alternativas de intervenção. O desafio cresce não apenas porque o conteúdo fica mais difícil, mas porque o estudante assume decisões antes realizadas pelo adulto.

Do apoio intenso à autonomia crescente

A retirada de apoios precisa acompanhar evidências de que o estudante já consegue realizar certas operações de modo independente. Um modelo de tabela, uma pergunta orientadora ou um exemplo resolvido podem ser úteis no começo e desnecessários mais adiante. Manter suporte excessivo impede que a autonomia apareça; removê-lo cedo demais transforma a tarefa em barreira. Planejar por competências, portanto, inclui decidir quando oferecer estrutura, quando reduzir pistas e quando introduzir uma situação nova para verificar se a aprendizagem se sustenta fora do contexto de origem.



GOSTOU DESSE MATERIAL?

Imagine o impacto da versão **COMPLETA** na sua preparação. É o passo que faltava para garantir aprovação e conquistar sua estabilidade. Ative já seu **DESCONTO ESPECIAL!**

EU QUERO SER APROVADO!

